



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/19
2019-01-15

ATA Nº 01/19

1ª Sessão Extraordinária

15 de janeiro de 2019

--- No dia quinze de janeiro de dois mil e dezanove, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 1ª Sessão Extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- 1. a) Expediente e informações.-----

--- b) Apreciar e votar: Ata nº 06/18 referente à 3ª sessão extraordinária realizada em 26 de junho de 2018.-----

2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-- 3. Apreciar e votar a proposta tendente à prolação de uma deliberação de não aceitação das competências previstas nos diversos normativos concretizadores do quadro legal consagrado na Lei n.º 50/2018, assim como de não intenção do exercício dessas competências no ano de 2019, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 1008-P/2018).-----

--- 4. Apreciar e votar o projeto de primeira revisão do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil. (Proposta nº 960-P/2018).-----

--- 5. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro às freguesias para o período de 2019 a 2021, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 2-P/2019).-----

--- 6. Apreciar e votar o apoio financeiro à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão no âmbito de despesas de funcionamento da Universidade Sénior, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 987-EQN/2018).-----

--- 7. Apreciar e votar o apoio financeiro à União de Freguesias de Sintra no âmbito dos encargos relativos à realização e logística da Feira de Adoção Animal, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 988-EQN/2018).-----

--- 8. Apreciar e votar o apoio financeiro à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito da aquisição de tapete de treino da Escola de Luta Olímpica de Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 989-EQN/2018).-----

--- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária.-----



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Pelo Grupo Político Municipal do **PARTIDO SOCIALISTA – PS**: António Luís Oliveira dos Santos Lopes; Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Maria Infância Silva; Ricardo Manuel Azevedo Parente de Campos; Joana Sofia Mendes Pereira Santos Lopes; Hugo Lopes dos Santos; e Alcino Afonso Alves.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; e Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do **CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo; e António Manuel Branco Nunes.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da **COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Jacinto Higino Domingos; Rogério Duarte Cassona; e Inês Cardoso Neves Fernandes.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do **BLOCO DE ESQUERDA – BE**: André Aurélio Marona Beja e Marisa Andreia de Almeida Laneiro.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do **PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – PAN**: Bernardo Ramos Gonçalves.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do **PARTIDO DA TERRA – MPT**: Adriano Caetano Filipe.-----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Válder Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos – Casal de Cambra; Pedro Manuel da Silva Filipe – Colares; Bruno Alexandre Nobre Pereira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; José Estrela Duarte – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; João Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes; Domingos Linhares Quintas; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; e Andreia Filipa Bernardo.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **43** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:** -----

--- **PARA CONHECIMENTO:** -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Hugo Miguel dos Reis Frederico, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Hugo Lopes dos Santos.-----

-- Pedido de substituição do Deputado Municipal João Paulo Afonso Aguiar, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Alcino Afonso Alves.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo, do BE, para a



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presente Sessão, pela Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro, dado que o Deputado Amílcar Moraes, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Jorge Pereira Gomes, do CDS/PP, para a presente Sessão, pelo Deputado António Manuel Branco Nunes.-----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

--- O munícipe **Pedro Didelet Alves** referiu: Em primeiro lugar quero esclarecer que venho em representação do Grupo 93 dos Escoteiros, exercendo o meu direito normal enquanto munícipe de apelar e comunicar com todos vocês, os meus representantes eleitos e, portanto, é nesse sentido que aqui venho conversar. Fazendo um ponto de situação, na última sessão da Assembleia Municipal apelámos ao senhor Presidente da Câmara que não fechasse a sede dos Escoteiros, assunto pelo qual estamos aqui hoje, para que pudéssemos resolver os problemas que tinha o espaço. Não me sentiria confortável se não dissesse que temos algumas reservas em relação a esses problemas, mas já ultrapassamos essa situação. Houve uma promessa do senhor Presidente da Câmara, que todos ouvimos, de que não nos iria tirar do edifício e que o mesmo apenas iria ser fechado para obras. Portanto, quero aqui publicamente agradecer ao senhor Presidente por essa boa vontade de, mesmo encerrando o edifício um pouco contra a nossa vontade, de encerrar temporariamente o edifício para a questão das obras. Continuando a fazer o ponto de situação, quero dizer que houve por parte de todos o Partidos um conjunto de intervenções que mostraram como os Escoteiros são uma associação querida e importante, pelo que também aproveito para agradecer pessoalmente a todos aqueles que intervieram connosco, e para nós. É importante dizer que foi apresentado em primeira mão, como que um elemento cénico e dramático, dois relatórios de duas vistorias ao edifício. Até hoje só tivemos acesso a um deles, na data da última sessão da Assembleia, umas horas antes do seu início. Depois dessa sessão, tivemos tempo para analisar esse relatório com a nossa equipa técnica composta por engenheiros e arquitetos, e achámos por bem, no domingo imediatamente a seguir à sessão, mesmo tendo algumas reservas em relação àquilo que o relatório dizia, encerrar o interior do edifício, e vedar na zona exterior do mesmo a área que o relatório dizia estar mais fragilizada. A chefia do Grupo 93 encerrou o edifício porque acima de tudo está a segurança dos jovens, tal como também disse o senhor Presidente da Câmara na última Assembleia. Mesmo assim, com grande surpresa do Grupo 93, a Câmara entendeu que era necessário encerrar o edifício uma segunda vez. Isto é, na segunda-feira imediatamente a seguir foi colocado um segundo cadeado por cima do nosso, o que nos deixou algo surpreendidos. Nos últimos tempos, temos tido várias reuniões com o Gabinete da Presidência, tem existido uma comunicação mais fluida, extremamente cordial e proveitosa e, neste momento, estamos a terminar um protocolo entre os Escoteiros e a Câmara que defenda os interesses de ambas as partes, onde a Câmara assume os custos das obras no edifício e, portanto, estamos a tentar resolver a situação dessa forma, provando mais uma vez que estamos do lado desta solução e do compromisso. Estamos a tentar terminar este documento que deixe todas as partes dormirem sossegadas. Para terminar, quero dizer que estamos aqui, principalmente e acima de tudo, por causa dos jovens. Os Escoteiros são uma grande escola de formação de seres humanos e cidadãos ativos, e é nesse sentido que aqui estamos a chamar a atenção para estas questões, solicitando ao senhor Presidente que aceite o nosso protocolo.-----

--- O **Presidente da Assembleia** referiu: Senhor Pedro Alves, só para lembrar que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal representam o poder político democrático, eleito e escolhido pelos munícipes de



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sintra.-----

--- O munícipe **Gonçalo Nuno Rosado Morais**, referiu: Venho aqui a esta *mui* nobre e digna sala celebrar a festa da Democracia perante todos vós, na convicção de que todos somos, dela, devedores. Por não dispor de dotes oratórios não sou participante habitual destas assembleias. Contudo, a preocupação com os últimos acontecimentos relativos à sede do Grupo 93, fez-me sair do meu habitual silêncio para convosco partilhar as minhas preocupações enquanto pai de duas Escoteiras do referido grupo. Descrever-vos as atividades que os Escoteiros habitualmente desenvolvem, o tipo de objetivos que pretendem alcançar, o tipo de motivação que todos sem exceção nelas empregam, seria um esforço vão. Descreverei sucintamente o resultado indireto do envolvimento das minhas filhas em tais atividades. Quando todos julgam que a hierarquia leva necessariamente à tirania, esquecem-se daquilo que Rousseau chamou de "Ordem Natural - Os mais sábios têm destaque, não pela jactância, mas por utilidade coletiva". Claro que na comunidade é muitas vezes difícil discernir com clareza estes conceitos abstratos designados por "utilidade" e por "coletivo". No entanto, quando longe do conforto e da proteção dos pais, quando o desafio não é, individualmente e a qualquer custo, chegarem o mais longe possível, mas todos em conjunto se superarem, nesses instantes percebem que uma outra sociedade é possível. Uma sociedade baseada na excelência e na cooperação, baseada no altruísmo e na justiça. Uma sociedade de interpenetração de ideais, de estilos de vida, de origens de classe é algo tangível e engrandecedor. Sendo Professor, tenho a oportunidade de lidar todos os dias com jovens adultos derrotados pelo futuro. Todos sem exceção carregam sobre eles o peso das suas histórias individuais, histórias sem coletivo. Se uma criança perante a impotência chora, o adulto remete-se a um silêncio impenetrável. É esse silêncio que inquina o espírito de liberdade que deveria ser a essência da nossa participação cívica. A liberdade democrática, ao invés, é uma gritaria onde todos se ouvem. Essa gritaria corrói o silêncio submisso das minhas filhas. É esse o grito que elas aprenderam nos Escoteiros e é por isso que dão o seu grito de grupo, literalmente gritando: "Rapazes, quem somos nós". É impossível não sentir uma certeza no futuro. Senhor Presidente da Câmara, a si em particular me dirijo – Quando, na última reunião, referiu que uma prisão não é o local indicado para jovens, não poderia estar mais de acordo consigo. Contudo, o edifício que atualmente serve o Grupo 93 não é uma prisão, é um espaço de liberdade e de cidadania. No entanto, hoje, 15 de janeiro de 2019, os Escoteiros estão privados desse espaço, encontram-se literalmente na rua. Dirá que o Município propôs alternativas, pelo que tentarei explicar-lhe geometricamente essa alternativa: sendo o número de Deputados desta Assembleia cerca de 1/3 dos membros do Grupo 93, mantendo a razão do número de elementos por área disponível, para a proposta que apresentou à chefia do Grupo 93, esta seria o equivalente a esta Assembleia se realizar num espaço confinado a pouco mais do que a sua Mesa e da Mesa da Presidência da Assembleia. Neste sentido, gostaria de lhe colocar três questões objetivas: Qual o andamento e o prazo de conclusão das obras? Manterão os Escoteiros os atuais direitos contratuais? Por quanto tempo, nesta época de chuva e frio, terão os Escoteiros que esperar por uma alternativa credível? Não existe maior prisão que uma opinião infundada. Sendo morador neste Município desde sempre, assisti à vinda e à ida de muitos presidentes, de muitos vereadores, de muitos dignatários, todos eles cheios de certezas, e todos com vontade de fazer obra. Por força da Democracia, todos foram, como V. Exa. também irá. Felizmente, em muitos casos, a obra ficou. Senhor Presidente, tem aqui a oportunidade de deixar algo que perdure. Espero que a consiga aproveitar. -

--- O Presidente da Câmara, **Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Presidente, eu agradeço a oportunidade que me é dada para falar desta matéria da Sede dos Escoteiros, e solicitava



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fosse distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal a proposta de acordo que a Câmara fez aos Escoteiros, para que todos saibam do que estamos a falar.-----

-- Senhor Presidente, eu vou referir os factos, e até vou ler para que não se perca nenhum aspeto importante daquilo que se passou até agora. Em 10 de agosto de 1984, com o Grupo 93, a Câmara fez um protocolo de utilização do edifício na antiga Cadeia Comarcã, cedida gratuitamente ao referido Grupo por 50 anos, consubstanciando um contrato de comodato. O acordo prevê, expressamente, a obrigação do Grupo 93 em proceder à realização das obras de conservação do imóvel, porquanto, na sua cláusula 5ª, refere-se expressamente o seguinte: "Fica a cargo dos beneficiários zelar por toda a conservação interior e exterior das instalações". Obviamente, como não havia renda, o mínimo era que esta obrigação fosse expressa. Considerando a natureza da cedência, a cláusula 7ª do acordo estatui o seguinte: "O Grupo 93 fica obrigado ao cabal cumprimento deste contrato, sem direito a qualquer indemnização". Na sequência da vistoria realizada com carácter de urgência, da qual foi lavrado o competente auto, datado de 11 de dezembro de 2018, foram detetadas as anomalias aí relatadas, as quais fazem perigar os utilizadores do edifício. Obviamente que este é um poder legalmente atribuído à Câmara, e a mais nenhuma entidade privada. Portanto, é evidente que se os Escoteiros encerraram o edifício, fizeram bem em fazê-lo, até o deveriam ter feito antes. Mas era obrigação da Câmara ter a certeza, através dos meios legais, que aquele edifício não era frequentado, pelo risco que corria quem o frequentasse. Perante esta situação de risco eminente para os utilizadores, mormente jovens, foi determinado o competente despejo administrativo do edifício, visando-se com isso afastar o risco relatado, sendo que o artigo 90º, nº 8, do RJUE, até permite preterir as formalidades específicas da vistoria prévia nos casos de risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública. Não foram preteridos porque foram feitos os respetivos relatórios. Não obstante o acordo de 1984 fazer correr por conta do Grupo 93 a responsabilidade pela execução das obras, considerando a natureza da utilização do edifício e os destinatários da mesma, entendeu a Câmara assumir a execução das mesmas, a expensas do Município, de modo a viabilizar a continuidade da utilização do edifício pelo Grupo 93. Estes são os factos. Ou seja, perante uma obrigação, a Câmara Municipal, tendo em conta a natureza dos Escoteiros, os jovens e o fim de utilidade pública, substituiu-se nessa obrigação aos Escoteiros e faz as obras. E o que esperávamos da parte dos Escoteiros? Obrigado, Câmara Municipal! Estamos contentes, felizes e vamos assinar o acordo imediatamente! Era isso que eu estava à espera. E qual foi a resposta? Queremos saber em que prazos e, se não houver prazos, queremos penalidades! Mas quem é que tem a obrigação de fazer as obras? Somos nós, ou são os Escoteiros? Parece que as obrigações decorriam sobre nós e tínhamos que estabelecer prazos! Se a obrigação fosse nossa, tinham toda a razão. Agora a Câmara, a expensas nossas, fazemos as obras e dizemos aos Escoteiros para voltarem para a sua sede devidamente requalificada, com dezenas de milhares de euros gastos seguramente, e a resposta é esta? A resposta é dizer "prazos" e "penalidades"! Quero dizer-vos que não aceitamos isso. Este acordo está aberto à assinatura. Assinamo-lo hoje, mas é este o acordo. Este acordo está sempre aberto à assinatura porque queremos que os Escoteiros voltem para a sua sede, e que tenham uma sede em condições. Agora, a Câmara é Estado, e não aceita esse tipo de imposições nem de penalidades, fundamentalmente quando a Câmara está a substituir-se a uma obrigação que era dos Escoteiros. Este protocolo é assinado quando quiserem. A Câmara fará as obras porque é honesta e uma pessoa de bem. E não admite, nem aceita, que ponham em causa a sua boa-fé e a sua disponibilidade. Esta é uma questão fechada - está aqui para ser assinado quando quiserem. Vamos dar um prazo determinado para este acordo ser assinado. Se o prazo esgotar sem que esse acordo seja assinado, decorrerão todas as consequências derivadas do contrato e da Lei. E, mesmo com essas consequências, este contrato



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuará sempre em aberto para ser assinado quando quiserem. Mas é este contrato e nenhum outro. Era isto que eu queria dizer com toda a clareza. A Câmara fará as obras em função da juventude e daquilo que representam. Os nossos munícipes substituem-se à vossa obrigação, e são eles que pagam dezenas de milhares de euros para vocês poderem voltar para a vossa sede em boas condições. Portanto, agradeçam à Câmara, agradeçam aos munícipes, e não façam imposições e ameaças, porque essas não serão aceites.

--- O munícipe **Carlos Miguel Fernandes**, referiu: O que me traz aqui, hoje, é a qualidade de vida dos munícipes. Tomei conhecimento que está para breve uma solução para o espaço ocupado pela Melka, através da instalação da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra. Saúdo essa opção, se a mesma avançar, mas gostava de sugerir uma outra solução, que até poderá ser complementar ou enquadrada no funcionamento da escola, tendo como base um projeto de sucesso a nível mundial, o *Return Recycling Mall*, que fica em Eskilstuna, uma localidade a cerca de 100 km de Estocolmo. Trata-se de um espaço educacional que se dedica à responsabilidade e à sustentabilidade social e ambiental, com vários cursos e palestras dedicadas a essa temática. A gestão é de uma entidade municipal e esse espaço tem também uma componente comercial, com lojas que vendem apenas produtos reciclados ou reconicionados, a maioria alimentada com os recursos que as pessoas deixam no local, como roupas que já não utilizam, móveis, livros, etc. Podemos criar um projeto inovador e diferenciador a nível nacional, o que possibilita várias vantagens para todos os *stakeholders* envolvidos, nomeadamente a recuperação de um espaço abandonado há anos; dinamização de uma zona através de uma oferta diferenciadora; promover ações de sustentabilidade; criação de postos de trabalho; para além disso, esta solução pode ter um grande impacto a nível nacional e promover uma melhoria da nossa qualidade de vida. A reciclagem tem que começar a fazer parte da nossa cultura, mais ainda quando sabemos que aumentou a quantidade de lixo produzido no nosso município, com os problemas de gestão daí inerentes. Outra sugestão para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes passa pelo incentivo à reciclagem através da instalação de *reverse vending machines* em alguns pontos estratégicos. Um desses locais pode ser nas imediações da Loja do Cidadão, no Mercado do Cacém, ou um pouco à semelhança de um projeto que já existe na Póvoa de Varzim desde o passado mês de dezembro, e que é apadrinhado pela Câmara local e pela Lipor, onde quem recicla ganha incentivos como, por exemplo, lojas aderentes, no Cine-teatro Garrett e entradas na Varzim Lazer. Mais uma vez esta solução será benéfica para todos os *stakeholders* envolvidos.

--- Venho também saudar e recordar os 865 anos que celebrámos no passado dia 9 de janeiro à origem de Sintra, que tem raízes tão longas como as da própria nação. Desta fora, gostaria que esta data fosse considerada como o nosso feriado municipal, à semelhança de outros municípios criados através de cartas de foral como, por exemplo, Monção, Vinhais, Palmela, entre outros.

--- Por fim, gostava de saber se está para breve a retirada dos caixotes do lixo colocados na Praça Aristides de Sousa Mendes, junto ao cruzamento com a Rua de Angola. Existe um grande perigo, quando os semáforos estão desligados, por causa da falta de visibilidade. Esta situação já foi exposta na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cacém e São Marcos, e dirigida aos serviços da Câmara, mas até ao momento ainda não houve resposta.

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**.

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (doc. nº 1).





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto 1.b) da **Ordem de Trabalhos**: Apreciar e votar:-----

-- Ata nº 06/18 referente à 3ª sessão Ordinária realizada em 26 de junho de 2018.-----

--- **VOTAÇÃO**: -----

--- Ata nº 06/18 foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Sabendo nós que se aproxima o período de renegociação das verbas de jogo atribuídas aos Municípios por protocolo, gostaríamos de saber qual a atitude que o Executivo Municipal tem perante esta nova situação.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Realmente, estamos no momento de renovação e discussão da concessão das verbas do jogo do Estoril. Creio que cessa em 2020 ou 2021, encontrando-se neste momento em plena discussão. A questão é esta: a Câmara de Sintra não aceita o atual critério de distribuição de verbas. O critério neste momento é imoral e não tem qualquer fundamento. Nós recebemos 280 000 euros das verbas do jogo, e Cascais recebe 3 milhões de euros. E a pergunta é esta – porquê? Esta é uma matéria muito importante e não vamos desistir da mesma. Já falei hoje com o senhor Presidente do Instituto do Turismo, vou falar com a senhora Secretária de Estado do Turismo, e a Câmara não vai desistir. 15% de 50% dos lucros do jogo são para distribuir por 4 Municípios: Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra. Sintra, Oeiras e Mafra recebem cerca de 280 000 euros e Cascais recebe mais de 3 milhões. O critério de distribuição destas verbas é discricionário porque está ao abrigo do despacho do então Ministro do Comércio e Turismo, que agora é o Ministro da Economia. E com que base? Consta que, em 2003, a base era o número de camas. Só que a realidade do número de camas em Sintra nessa altura nada tem a ver com a situação atual. Mas este critério é errado porque temos muito mais visitantes que Cascais. Esse critério não conta? E a potencialidade turística não conta? Em primeiro lugar, tal como diz a lei, não abdicamos de ser ouvidos; e, em segundo lugar, temos que discutir a nossa participação nestas verbas. E a nossa participação tem que ter dois critérios: primeiro, participação em eventos turísticos e, segundo, obras. Estamos a fazer o Cine Teatro de Belas; o Auditório da Rinchoa; queremos fazer uma sala de espetáculos no Sintra Cinema, sendo que estas obras têm que ser pagas pelas verbas do Turismo, tal como acontece com Cascais. Quero desde já prevenir a Assembleia Municipal que vamos ter um caso com esta matéria. Vamos fazê-lo com firmeza, com objetividade, e nunca desistindo de defender os nossos direitos. Estou convencido que, sendo este Governo atento e sério, não vai aceitar manter esta situação de profunda injustiça. Poder-se-á perguntar o seguinte: Bom, para a Câmara de Sintra ter mais, Cascais terá que ter menos? Aqui o problema não é nosso. Mas se isso for um problema, então aumentem o seu valor a pensar em Sintra. Não podemos aceitar esta diferença de 3 milhões para 280 mil, e vamos encetar um combate, no melhor sentido da palavra, que, no fundo, é defender os interesses legítimos dos nossos munícipes.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Venho aqui solicitar, mais uma vez, ao senhor Presidente para intervir junto da ARS, pois o Centro de Saúde de São João das Lampas tem um Gabinete Médico que há seis meses não tem impressora, e o Médico, sempre que faz um receituário, tem que mandar imprimir na secretaria e ir buscar as receitas para entregar ao doente. A Câmara não tem qualquer responsabilidade nesta matéria, mas se o senhor Presidente pudesse intervir era um favor. Outra situação que acontece é que, de há dois meses a esta parte, existe um quiosque para tirar senhas à espera se ser montado e ligado naquele espaço. -----

--- Quero, ainda, fazer alguns agradecimentos ao senhor Presidente e aos senhores Vereadores. Ao Vereador Eduardo Quinta Nova, pela rápida ajuda concedida a Paulo Salgado Firmino, residente em Galamares, que teve um incêndio em sua casa. Fui contactado pela Dra. Maria José Subtil no sentido de a auxiliar a angariar algo para este senhor que tem filhos menores, vive com dificuldades e teve um incêndio na sua casa. Falei de imediato com o senhor Vereador Quinta Nova, que manifestou a sua imediata disponibilidade para recebê-lo e apurar qual a forma como podiam ajudá-lo.-----

--- O meu agradecimento, também, ao senhor Vereador Domingos Quintas, pela rápida intervenção no parque de estacionamento da Escola D. Carlos I. Onde existiam buracos e água, agora está um espelho!--

--- Também o meu agradecimento ao senhor Vereador Rui Pereira, porque aqueles assuntos que abordei aqui, em outubro, ainda não estão resolvidos, mas já ouvi uma justificação sobre os mesmos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Agradeço, em meu nome e dos colegas, a sua intervenção. Quero também dizer que em relação aos quiosques há um concurso a decorrer. Em relação à impressora, a Câmara vai oferecer uma impressora, imediatamente, ao Centro de Saúde.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: A Câmara Municipal de Sintra é uma das Câmaras com maior capacidade financeira, logo a seguir à Câmara de Lisboa, tendo uma enorme capacidade financeira para o investimento. Também é verdade que, anualmente, tem vindo a conseguir manter-se com o primeiro lugar no ranking da eficiência financeira, o que é positivo. Contudo, senhor Presidente, estando no segundo ano do atual mandato, esperava-se que essas disponibilidades financeiras tivessem levado – e levem - a um investimento mais significativo, e que não fiquem retidas nos cofres da autarquia. A Câmara Municipal de Sintra possui à volta de 100 milhões de euros em disponibilidades financeiras, o que nos leva a considerar – e dizer – que o investimento é lento. Um Município é rico, não por ter muito dinheiro acumulado, mas antes por proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus munícipes, que lhes dê felicidade, e para que possam dizer com convicção que viver em Sintra é viver melhor! A Câmara de Sintra tem todas as condições financeiras para fazer acontecer, assim tenha vontade, capacidade e engenho, o que me parece não ser o caso. Senhor Presidente, pese embora a crise económica que atravessou, e o país tenha possibilitado a realização de obras mais baratas, verificamos atualmente uma subida dos preços praticados, o que está a comprometer obras que decorrem no nosso Município, e noutros. Assim, verificámos que se verificam atrasos em diversas obras públicas, como é o caso da Pousada da Juventude; do Eixo Verde-Azul, no troço de Queluz junto à Estação da CP; no Complexo Oficinal, que teve um início lento, entre outros. Queremos alertar nesta Assembleia para a necessidade do senhor Presidente da Câmara de Sintra tomar medidas urgentes para a conclusão destas e de outras obras. Também a necessidade de adaptar os novos procedimentos concursais à nova realidade económica. -----

--- Relativamente a outra temática, verificámos que as hastas públicas de venda de imóveis públicos ficam



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desertas. Também é preciso tomar medidas. Relembro que a CDU foi a única força política a votar contra algumas dessas alienações, com destaque para a Área Central do Cacém. Sempre defendemos, e continuaremos a defender, que a Área Central do Cacém deve ser uma área pública, e deve ter uma intervenção de melhoramento público. Também aqui, e tendo em conta a necessidade de requalificar aquela área, é premente tomar medidas para que se possa afirmar aquilo que disse atrás: É bom e merece a pena viver no Concelho de Sintra!-----

--- Senhor Presidente, como é normal, penso voltar a estes temas em próximas sessões da Assembleia Municipal.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Realmente, a Câmara tem cerca de 140 milhões de euros nos Bancos, mas temos investimentos programados até ao fim do mandato no valor de 160 milhões de euros. Portanto, estes 140 milhões, se fosse agora, não chegariam. Mas como é até ao fim do mandato, em 2021, nós iremos fazer 160 milhões de investimento programado, sem recurso ao crédito. Posso dar-lhe já alguns números: 30 milhões para o Hospital; 8,5 milhões para os Centros de Saúde; cerca de 3 milhões para o Eixo Verde-Azul; se avançarmos para a Circular Poente ao Cacém, como queremos fazer, são cerca de 28 milhões; para as nossas Escolas são 24 milhões, e para as Escolas do Estado, cerca de 7,2 milhões. Vamos intervir nas Escolas do Estado porque não convivemos com Escolas onde chove dentro das salas, onde não existem boas cozinhas e onde os ginnodesportivos estão fechados. Mas há mais, todos gostamos muito e dizemos que o Passe Social é bom, mas quem é que o paga? Somos nós. Neste momento, a DGAL já cativou 325 mil euros, e vai cativar mais porque são 4 milhões. Mas temos este dinheiro porque o poupámos. Porque retirámos de onde não era necessário para aplicar onde era possível. Diz, e bem, que há atrasos na Pousada da Juventude. Tem toda a razão! A Pousada da Juventude teve menos gente porque o empreiteiro colocou os trabalhadores no Centro de Saúde. Nós temos um sério problema de falta de mão-de-obra. Existem, realmente, investimentos atrasados, mas a culpa não é da Câmara porque tem feito de tudo para que os prazos sejam cumpridos. Neste momento temos um desemprego de 4,1%, o que é pleno emprego. Na próxima sexta-feira vamos reunir o Conselho Estratégico Empresarial e o convidado vai ser o Secretário de Estado do Emprego. Vamos ter que mudar a política de emprego, no nosso concelho, em dois aspetos: A nossa média salarial é de 852€, e Lisboa está com mais de 1000€, razão pela qual as pessoas saem daqui para ir trabalhar para Lisboa, e isso não pode ser. Os nossos empresários têm que perceber que têm que aumentar os salários. O segundo aspeto é a formação profissional. Realmente, temos grandes necessidades nesta matéria e estamos a fazê-lo. Portanto, se queremos ter mão-de-obra em Sintra, não podemos continuar a pagar menos do que Lisboa. Os nossos empresários têm que entender e colaborar neste aspeto. Cada vez mais existem mais investimentos e, cada vez mais, Sintra é procurada para investir, e cada vez mais temos menos mão-de-obra. Senhor Deputado Jacinto Domingos, em relação ao investimento, Sintra não tem falta. Agora, se verificar que algum lugar carece de mais investimento, faça o favor de dizer qual é.-----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Tenho algumas questões a colocar ao senhor Presidente. Começo pelo Plano Municipal de Emergência, que sabemos através do Diário da República estar em consulta pública desde o dia 18 de dezembro. Esta situação chegou ao nosso conhecimento através de um munícipe que telefonou para a Câmara para reportar que o plano não estava disponível no *site*, sendo que o mesmo só passou a estar visível a partir do dia 8 de janeiro. Gostaríamos de saber se esta situação ocorreu. Pode ter sido algum problema informático, mas, de facto, entre 18 de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezembro e 8 de janeiro é um prazo bastante dilatado para as pessoas não se poderem pronunciar. Foi-lhe dito que o documento estava oculto devido a um problema, mas esta é uma questão que gostaríamos de ver esclarecida.-----

--- Outra questão que aqui me traz tem a ver com o Conselho Municipal de Segurança, que ainda não tomou posse, mas já urge.-----

--- Ainda porque, desde setembro de 2018, o Serviço Municipal de Proteção Civil não tem Coordenador nem Comandante Municipal. Parece que o Diretor está em formação, o Coordenador reformou-se, mas estas também são questões que devem ser esclarecidas. -----

--- Outras questões que quero colocar têm a ver com obras. O senhor Presidente já disse, aqui, que tem falta de pessoal, e essa, provavelmente, será uma das razões. Sobre a estrada entre Fontanelas e Janas, que já foi aqui referenciada por nós, no ano passado, o senhor Vereador Domingos Quintas teve a amabilidade, o dever e a obrigação de me informar que estaria, pelo menos, iniciada em 2018. Está certo que ainda estamos em janeiro de 2019, mas gostaria de saber para quando está prevista. -----

--- A estrada entre Amoreira e Odrinhas também está muito degradada, tal como a estrada de acesso entre a rotunda da GNR de Queluz e a rotunda de Massamá. Gostaríamos de saber se está alguma intervenção prevista para estas duas vias. -----

--- Tivemos conhecimento que houve uma reunião com o Ministro - ou, pelo menos, com um representante do Ministério - em Colares, por causa do Centro de Retenção, como agora é denominado. Sabemos que este assunto não é da responsabilidade da Câmara, mas do Governo central. Mas, efetivamente, trata-se de um Centro de Retenção em pleno Parque Natural, com a potencialidade turística que tem. Provavelmente, o assunto já não pode ser repensado, mas não deixo de o trazer aqui. -----

--- Chegou-nos ao conhecimento, também através de um munícipe, que nos descreveu uma situação de um conjunto de jovens a serem multados no comboio porque não levavam bilhete quando se deslocavam para um treino de uma associação desportiva. É lógico que se os jovens não têm bilhete, naturalmente têm que ser multados. Mas sendo este um concelho onde vivem muitos jovens, alguns com grandes necessidades, ocorreu-nos que, eventualmente, poder-se-ia pensar numa solução, em conjunto com as associações, para os apoiar no âmbito do Passe Social. Fica aqui a sugestão. -----

--- Quero ainda assinalar com agrado o facto da nossa proposta "Biblioteca Fora de Horas" ter sido acolhida. Está implementada e esperamos que se estenda a todas as Bibliotecas do Município. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Relativamente à questão dos jovens, e a partir de 1 de abril, o Passe Social será gratuito para todos os jovens até aos 12 anos. É para isso, também, que gastámos 4 milhões, para que eles possam viajar gratuitamente.-----

--- Relativamente ao Plano Municipal de Emergência, entre os dias 18 de dezembro e 8 de janeiro, vamos ver se houve alguma anomalia.-----

--- Em relação às estradas, solicito ao senhor Vereador Domingos Quintas o favor de tomar nota porque, neste momento, não lhe sei responder.-----

--- Finalmente, não posso deixar de referir aquilo a que chama de Centro de Retenção. Eu não tenho dúvidas que a senhora Deputada está de acordo comigo, porque eu entendo que as pessoas que vão à Igreja e falam de solidariedade não podem deixar de a aplicar no seu dia-a-dia. O que estava a acontecer é que no Aeroporto de Lisboa estavam senhoras com filhos e homens a partilhar os mesmos sítios. Se existe uma casa entre Almoçageme e a Praia Grande que pode alojar as senhoras em condições de dignidade, como é que nos podemos opor a isso? Como é que se pode dizer que aquela é uma zona muito bonita, em termos



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de ambiente... Mas o respirar dos pobres faz mal ao ambiente? Eu entendo que isso é inconcebível! Tem de haver algum pudor nisto. Não percebo como existem pessoas que eu conheço que vêm dizer-me para não deixar colocar lá as pessoas... não é possível! As pessoas têm todo o direito de estar ali. E nós não só não negamos, como apoiamos. Se nos tivessem pedido apoio, nós dávamos esse apoio. Dra. Ana Valente, estou convencido que concorda connosco. Diga ao município que lhe falou nisto para não o fazer mais, e que apoie as mulheres que lá estão porque é o nosso dever de solidariedade.-----

--- **O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Queria colocar-lhe algumas questões, algumas delas já afloradas no debate, mas que merecem que se volte a elas.-----

--- A primeira tem a ver com a questão da sede dos Escoteiros de Sintra. Folgo em saber que o processo está em andamento e que está prestes a ter um desfecho. Fiquei com alguma curiosidade em perceber por que é que a Câmara não adianta um prazo, ou um horizonte, para a conclusão da obra que se propõe fazer. Entendo que a autarquia tem responsabilidades, assume-as, e muito bem, mas não se comprometer com um prazo como faz com outras obras, parece-me um pouco estranho. Portanto, pergunto-lhe qual a resistência em definir um prazo para a obra?-----

--- Foi aqui solicitado pelo pai de duas Escoteiras num momento posterior à sua intervenção - e que eu reitero - no sentido de ser distribuída nesta Assembleia a proposta comercial que foi endereçada pelos Escoteiros à Câmara Municipal, para percebermos quais foram os moldes das propostas que foram feitas e que tanto parecem incomodar o senhor Presidente da Câmara. Para nossa informação, agradeço-lhe a distribuição deste documento. -----

--- A segunda questão tem a ver com o parque de estacionamento da Cavaleira. Queria saber se já existe algum balanço sobre o serviço de *Navettes* para transporte de turistas, que estaria a funcionar entre aquele equipamento e o Centro Histórico. Sabemos que este é um momento para fazer ensaios e testar soluções. Já vi por aí sinalização a ser colocada, com informação útil. Sabemos que na Páscoa vamos ter um pico de turismo e, portanto, é o tempo de fazer estas perguntas. -----

--- A terceira questão, também já abordada hoje pelo senhor Presidente quando disse que a obra da Pousada da Juventude tinha sido desfalcada de trabalhadores porque a empresa deslocou a sua força de trabalho para outra obra que tem com o Município. Já tínhamos reparado que a obra da Pousada estava com pouco movimento e que a outra estava a avançar depressa. Senhor Presidente, se o empreiteiro não cumpre, o que é que a Câmara vai fazer perante este incumprimento? -----

--- No seguimento deste assunto, o senhor Presidente falou na questão da estratégia de criação de emprego, no Concelho de Sintra, e que a mesma vai ser discutida em breve. A proposta é que o trabalho diferenciado seja uma aposta, porque continuarmos a abrir hipermercados, centros comerciais e outras instalações, onde o emprego é pouco qualificado e os salários são baixos, mas isso só vai contrariar esse desejo que aqui apontou! -----

--- Por último, a questão do Centro de Retenção do SEF. Eu não gosto nada da terminologia "Centro de Retenção", mas, de facto, não percebo qual o problema de afetar este equipamento para receber as pessoas com dignidade. Desde que os Direitos Humanos sejam respeitados, e não existam ataques às liberdades e garantias daqueles homens, mulheres e crianças, não percebo por que é que aquele não possa ser um bom sítio.-----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu não vou distribuir o texto todo, mas vou ler-lhe as únicas cláusulas que não aceitamos, e espero que o senhor Deputado André



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Beja também não as aceite enquanto membro de um órgão institucional do Estado: "5ª – O Município obriga-se a lançar concurso público no prazo máximo de 2 meses para a realização das obras previstas no nº 2 supra, do qual deverá constar caderno de encargos contendo um prazo máximo de 1 ano para a execução das obras em causa. 7ª – Sendo imputável ao Município o incumprimento dos prazos estipulados para a conclusão das obras e/ou a entrega das instalações à Associação no prazo previsto, a Associação poderá proceder, a expensas do Município, ao arrendamento de instalações condignas, idênticas em dimensão e características às instalações cedidas pelo presente contrato, a fim de, daí, prosseguir as finalidades do mesmo até que lhe sejam entregues as instalações nas condições aqui previstas ou, em alternativa, o Município procederá ao levantamento da totalidade das obras a realizar no prazo de 2 meses, orçamentando e afetando uma verba para o efeito, que será atribuída à Associação para que a própria a realize, mediante administração direta ou indireta, segundo as opções técnicas e o enquadramento exclusivamente proporcionado pelos seus serviços". Acha que isto é aceitável para uma Câmara, que não tem a obrigação de fazer as obras e que se está a substituir a quem a tem? Obviamente que, enquanto eu aqui estiver, isto não é aceitável. A Câmara Municipal de Sintra é um órgão de Estado, e procede como tal. E não aceitando agora, está sempre aberta para aceitar outra proposta, e assiná-la. Agora, se não for assinada em tempo útil, todas as consequências decorrerão da Lei e dos contratos. -----

--- Relativamente ao restante, o parque da Cavaleira ainda não existe porque o trânsito para a Pena ainda não está regulado. Quando estiver, teremos então as *Navette*. Estamos à espera do Plano Municipal de Transportes, o qual vai regular esta matéria. -----

--- Em relação à Pousada da Juventude já prorrogámos o prazo e, expirado esse prazo, começam-se a aplicar multas. É isto o que prevê o contrato. -----

--- A **Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Senhor Presidente, vou colocar-lhe uma questão muito breve. Trata-se de uma queixa apresentada por um munícipe relativamente a um equipamento gerido pela Câmara, que é o Complexo Desportivo de Fitaes. Aparentemente, o equipamento em questão está com problemas a nível de manutenção. Existem danos que não estão a ser acautelados. Vou dar-lhe dois exemplos concretos: existem 4 passadeiras nesse complexo e, neste momento, estão 3 avariadas. Apenas uma está a funcionar, e entendo que isto é vergonhoso para a Câmara. Outro problema são os balneários, onde os cacifos existentes não permitem a sua selagem através de cadeado. Não sei se esta situação é do conhecimento da Câmara. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A senhora Deputada Eunice Baeta tem toda a razão. O Complexo de Fitaes está muito mau. A piscina teve que ser fechada, a caldeira rebentou. Tivemos que comprar uma nova que custou 48 mil euros. A manutenção daquele equipamento custa muito dinheiro. E quando estamos perante situações de centenas de milhares de euros, nós temos que olhar com cuidado para estas situações porque custam mais que um Centro de Saúde. Eu creio que a Câmara não tem condições nem vocação para gerir, porque aquilo é um *health club*. Se conseguíssemos concessionar aquele espaço, nem que fosse por um preço muito baixo, estávamos disponíveis para isso. Agora, é complicado abrir concurso no estado em que aquele equipamento se encontra atualmente. Temos de ver o que é que vamos fazer com isso, mas tem toda a razão, está realmente muito mau. -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a proposta tendente à**



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prolação de uma deliberação de não aceitação das competências previstas nos diversos normativos concretizadores do quadro legal consagrado na Lei n.º 50/2018, assim como de não intenção do exercício dessas competências no ano de 2019, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 1008-P/2018).-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à Proposta, se me é permitido, a Moção está precludida, isto é, está integrada na própria proposta.-----

--- Sobre o porquê desta proposta, a Câmara Municipal de Sintra não pode, seja pela sua dimensão, seja pelas responsabilidades que tem, não pode tomar decisões que não sejam muito sustentadas, isto é, que não sejam devidamente estudadas e avaliadas. E há três aspetos que têm de ser avaliados e estudados, designadamente, e em primeiro lugar, o impacto financeiro que a Transferência de Competências comporta; em segundo, o impacto que essas transferências têm nos Serviços da Câmara (muito importante); e em terceiro lugar, o impacto que essas mesmas transferências têm na própria orgânica do Município. Portanto, dinheiro, meios humanos e impacto na orgânica do Município, são os três aspetos que nós temos que estudar. É por isso que, acompanhando esta Proposta, há um Despacho meu, já emitido, em que se cria um grupo de trabalho para proceder a um estudo dos diversos Decretos-Lei, destes e de outros que, entretanto, venham a ser publicados. -----

--- Assim, vamos realizar este estudo, por forma a que nós, até ao final deste semestre possamos ter o estudo concluído, e no segundo semestre, até ao final do ano, possamos ter uma ideia clara daquilo que podemos, ou não, aceitar. Aquilo que nós pudermos aceitar, aceitamos, porque nós somos favoráveis à descentralização, entendendo-a como uma excelente reforma do Estado, mais, achamos que é mesmo a reforma do Estado por excelência. Temos a consciência de que sabemos gerir melhor do que o Estado central, e por isso, em Sintra, estamos muito disponíveis para aceitar a descentralização e a exercê-la, mas por forma a que o conceito de descentralização não seja corrompido ou estragado. E digo isto porque, se aceitarmos a descentralização, mas se não formos capazes de cumprir bem as competências e as tarefas descentralizadas, isso resulta em prejuízo para o próprio conceito. E para cumprir bem nós temos de saber quanto custa, com quem fazemos, e que orgânicas devemos ter para responder afirmativamente. Por conseguinte, as matérias que pudermos aceitar, aceitamos; as que não pudermos aceitar em 2020 vamos tentar ver se as podemos aceitar em 2021, ano em que haverá um automatismo, ou seja, a Lei diz que, em 2021, é automático. E nós somos respeitadores da Lei, mesmo daquela cuja constitucionalidade nos oferece algumas dúvidas, mas que são para cumprir, a menos que os Tribunais e o Tribunal Constitucional tomem alguma decisão em contrário. Só que, mesmo em 2021, se nós não reunirmos as condições para cumprir bem o nosso mandato, temos que o dizer, porque não podemos assumir nenhuma responsabilidade se tivermos a consciência de que não conseguiremos cumprir tão bem ou melhor do que o Governo. Por isso, esta é a nossa posição. Para 2019, nós não estávamos em condições. Desde logo, ao não sabermos que dinheiro é que há disponível (o Fundo de Descentralização foi chumbado no Parlamento), como é que poderíamos aceitar competências sem sabermos que meios financeiros e humanos as acompanham? Não podemos! Mas há toda uma matéria para estudar. Admito que haja matérias mais fáceis de aceitar, outras mais difíceis. Em meu entender, são duas as matérias particularmente sensíveis, sendo uma delas a Educação, sobre a qual teremos de tomar decisões já em 2020. Porquê? Porque o ritmo e o calendário da Educação não se compadecem com o calendário da Industrialização. Vamos ver, vamos estudar, e o senhor Vice-presidente e a sua equipa vão estudar e avaliar, nós todos vamos fazê-lo, e se tivermos as condições será com gosto que nós assumiremos as competências. Quando eu propuser aqui o assumir de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências, podem ter a certeza, é porque saberemos como exercê-las, e que as exerceremos tão bem ou melhor do que estão a ser cumpridas neste momento. -----

--- Assim, o que é agora proposto à Assembleia Municipal, na sequência da decisão tomada em Reunião de Vereação, aliás, por unanimidade, é que, em 2019, nós não tenhamos nenhuma descentralização. Aproveitemos este ano de 2019 para estudar, para avaliar, e depois, no fim do ano, para decidir, por forma a saber o que é que poderemos, ou não, aceitar em 2020. Há três possibilidades: aceitar; não aceitar; aceitar, mas com condições. É perfeitamente possível que nós possamos dizer ao Governo que aceitamos uma determinada competência em função de determinadas condições que lhe apresentemos. Admitimos essa hipótese. -----

-- Em relação aos 12 Decretos que já foram publicados, e àqueles que, eventualmente, possam vir a ser publicados, a nossa posição é a que eu, sinteticamente, acabei de vos apresentar. É isto. -----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, do **CDS/PP**, referiu: O processo de descentralização conduzido pelo atual Governo tem-se traduzido numa grande trapalhada, com avanços e recuos, prazos sistematicamente prorrogados, indefinições, e sem ter sido precedido de análises e estudos profundos que uma reforma desta natureza não poderia deixar de suscitar. O processo de descentralização envolve três pilares fundamentais, complementares entre si: 1) A Lei-quadro, que é a Lei 50, 2018, de 16 de agosto; 2) Diplomas Setoriais; e a Lei das Finanças Locais. Estes três pilares deviam ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados simultaneamente. -----

--- As áreas onde as autarquias vão ter competências próprias são diversas, nomeadamente Educação, Ação Social; Saúde; Proteção Civil; Cultura; Património; Habitação; Áreas Portuárias Marítimas; Áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico, não afetas a atividade portuária; Praias marítimas, Fluviais e Lacustres; Informação Cadastral; Gestão Florestal e Áreas Protegidas; Transportes e Vias de Comunicação; Estruturas de Atendimento ao Cidadão; Policiamento de Proximidade; Proteção e Saúde Animal; Segurança dos Alimentos; Segurança contra Incêndios; Estacionamento Público; Modalidades Afins de Jogos de Fortuna e Azar. E, ainda, Delegação de Competências nos Órgãos de Freguesia, bem como Competências na área da Justiça. -----

--- Uma vez que o Governo não apresentou quaisquer relatórios sobre a Transferência e Delegações de Competências, levadas a cabo nestes últimos anos, revelando as principais fragilidades e as principais virtudes; que muitas das Competências que pretendem transferir não foram discutidas, ou analisadas, com este ou com qualquer outro Município; e tendo em conta que o processo foi desenvolvido a conta-gotas pelo Governo, a Proposta do Executivo da Câmara Municipal de Sintra, para a constituição de um grupo de missão, é sensata e prudente. -----

--- Sendo as Autarquias Locais muito heterogéneas, a transferência das novas Competências deve ser objeto de monitorização permanente e transparente da qualidade e desempenho do serviço público, que avalie se os recursos financeiros para cada área de Competência são os adequados. O grupo de missão deve fazer uma avaliação exaustiva à capacidade efetiva do Município, no âmbito do cumprimento das novas Competências; deve ser exigida uma definição, precisa e concreta, das áreas a transferir; deve ficar assegurado que o Município dispõe de todos os recursos financeiros, materiais e humanos, necessários ao pleno cumprimento dessas novas funções; deve salvaguardar que o exercício, pelo Município, das novas Competências descentralizadas não diminui a capacidade de execução das Competências tradicionais que lhe estão atribuídas, nem da respetiva cabimentação; deve garantir que, ao exercício das novas funções descentralizadas, vai corresponder a uma melhoria do serviço público prestado aos munícipes. Só com o



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultado de estudos e pareceres justificativos do impacto efetivo dessas novas atribuições, na qualidade da prestação de serviços públicos prestados aos munícipes, é que saberemos se estamos perante uma descentralização do poder de decisão, ou perante a mera transformação da Câmara Municipal de Sintra em serviços de manutenção local ou tarefas das direções gerais e de institutos públicos. Uma coisa é a Descentralização, outra é a desresponsabilização sobre funções que competem ao Estado central, e que só o Estado as deve prestar. No caso da Noruega, a nível do Cadastro, um caso que até foi objeto de estudo, houve a Descentralização, mas nunca conseguiram fazer um Cadastro como deve ser, precisamente porque cabe ao Município fazer esse Cadastro, tendo trabalhado a várias velocidades, todavia, sem o terem conseguido até hoje. E isto acontece na Noruega, um país de referência, que não o é ao nível do Cadastro.

--- O Líder do BE, **Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Estamos hoje, aqui, a apreciar para, depois, votar uma tomada de posição da nossa Assembleia Municipal, decorrente da Lei 50, de 2018, sobre a Descentralização e a Transferência de Competências para as Autarquias. Deixar claro, desde já, que o Bloco de Esquerda é favorável a processos de descentralização! A Constituição tem previstos mecanismos de descentralização administrativa, e consideramos que esses mecanismos nunca foram olhados com seriedade, tendo vindo a perder-se oportunidades, ao longo dos anos, para se fazer avançar processos mais robustos e mais tendentes a que o Poder não seja tão centralizado, e possa ser assumido, a par das responsabilidades que projeta, por outros órgãos de autarquias locais e regionais.-----

--- Sobre a Lei 50, de 2018, que está aqui em apreço, nós não estamos de acordo com a forma como este processo foi conduzido (e dissemo-lo na altura, na Assembleia da República, e temo-lo afirmado pelo país, ao longo dos últimos meses), ou seja, um processo cuja negociação foi feita à pressa, uma negociação de gabinete entre duas forças partidárias. Esta Lei tem fragilidades, é inconclusiva, previa um processo de definição de Transferência de Competências que atrasou, e em alguns casos ainda nem foi terminado. Um processo de negociações que foi bastante contestado, inclusivamente questionado pela Associação Nacional de Municípios, a qual coloca entraves e reservas ao que se está a passar. Um processo e uma Lei onde não há clareza nem recursos financeiros, como já foi aqui referido pelo senhor Presidente da Câmara, ou como foi referido pelo senhor Deputado Maurício Rodrigues, que os recursos financeiros, materiais e humanos não vão ao encontro das transferências que se pretendem realizar. O Orçamento Geral do Estado também não é claro, embora seja possível fazerem-se alterações orçamentais. Mas, como é possível a uma autarquia planificar, assumir responsabilidades, organizar serviços se, quando chega o momento de aprovação do seu Orçamento e das suas Grandes Opções do Plano para o ano seguinte, não tem ainda a definição do que é que vai ser o seu futuro e de quais vão ser as suas responsabilidades. Não podemos estar de acordo com isto, não estamos, e por isso, também não apoiamos uma aceitação destas transferências nesta altura. -----

--- Mas a Lei 50, de 2018, também tem outros problemas, nomeadamente, pelo facto da coesão territorial, das autarquias de menor dimensão, ou até das Freguesias com menores recursos, que poderão sair prejudicadas neste processo de Descentralização. Esta Lei poderá abrir portas, e pensamos que o fará, à fragmentação de serviços, nomeadamente na área social, como os serviços de Saúde, Educação e Cultura, serviços que, hoje, embora centralizados e a precisar de um tipo de reorganização que descentralize, não podem ser fragmentados para não reduzir a capacidade do Estado de fornecer os serviços públicos de qualidade que todos desejamos. É, também, uma Lei que abre a porta ao subfinanciamento porque, se não prevê mecanismos de transferência de recursos adequados às competências que, até agora, se sabe que vão ser transferidas, as autarquias ficarão muito espalhadas nos seus fracos orçamentos. Sabemos que



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara de Sintra tem saúde financeira, de momento, mas todos sabemos tratar-se de ciclos, como também sabemos que, em alturas em que a saúde financeira possa não ser idêntica à que temos hoje, tapando a cabeça, os pés correm o risco de ficar de fora. -----

--- Outra questão em que esta Lei 50, de 2018, nos merece reparo tem a ver com a transferência de recursos humanos. Não há uma definição muito clara, e eu até diria que, porventura, há uma indefinição conveniente sobre os quadros de recursos humanos a transferir, e se estes quadros de recursos humanos estão, ou não estão, de acordo com as necessidades que as transferências vão criar. E isto abrirá portas não só à sobrecarga de serviços, como também à precariedade, mazela que nós não podemos aceitar, e que muito nos preocupa. -----

--- Em algumas situações, esta é uma Lei que abre porta à concessão de serviços a privados. De certa forma, pode significar uma privatização encapotada de alguns serviços, com a qual nós não estamos de acordo. E por isso, nós apresentamos uma proposta de deliberação que, não sendo contrária àquela que foi aqui trazida pelo executivo camarário, põe uma tónica mais no processo político e no conteúdo da Lei 50, de 2018. Eu não diria que fica anulada pela Proposta que o Executivo trouxe a esta Assembleia, que irá ser votada, e que nós votaremos a favor, mas eu penso que é um reforço dessa proposta, e por isso, propomos que seja votada também. -----

--- Por último, senhor Presidente, em relação à comissão para avaliação da Transferência de Competências que se propõe criar, estamos de acordo com o seu funcionamento, com certeza. Diz-nos que, em 2020, estaremos em condições de assumir responsabilidades, aquelas que se considerarem passíveis de serem assumidas, e eu penso que a calendarização do funcionamento desta comissão terá que ter em conta, também, o funcionamento do Orçamento camarário, esperando que os resultados não surjam no final do ano, mas em tempo útil. -----

--- A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente, referiu: Naturalmente, a Bancada do PSD concorda com a posição que aqui nos é proposta, depois de já ter sido tomada pelo Executivo da Câmara, bem como, com a criação e com a composição da estrutura de missão que nos foi entregue. Senhor Presidente, o PSD foi uma das forças políticas que negociou, e que chegou a um acordo de princípio com o Partido Socialista, relativamente à Descentralização. E fê-lo porque acredita, também, na Descentralização, e porque entende que as competências são melhor exercidas, com mais eficiência, se o forem com a dimensão de proximidade. Por isso, a Administração Local é, realmente, mais competente nesse exercício. Foi com base nesse pressuposto que o Partido Social Democrata celebrou esse acordo de princípio, assente no pressuposto de responsabilidade do Governo em conferir a necessária densificação, nomeadamente na densificação que diz respeito aos meios humanos e financeiros para isto poder ser executado. Mas, o que agora aqui nos aparece é que essas responsabilidades do Governo, essas garantias não foram ou não estão a ser cumpridas. Como diz o povo, "sem ovos não se fazem omeletes", e no fundo é o que aqui está, apesar do senhor Presidente dizer que tem cerca de 140 milhões de ovos, mas também muitas omeletes. De facto, e neste caso, nós não sabemos quantos ovos temos, nem o tamanho dos ditos, e quantos nos poderão calhar. Por isso, tendo sempre presente este acordo de princípio, pela responsabilidade que têm as autarquias nessa dimensão de proximidade, e que os meios têm de ser garantidos, embora não o tenham sido. Como se comprova neste caso, a Câmara não pode, e não deve aceitar (e aqui, estamos em total acordo com o senhor Presidente), uma Descentralização que pode não o ser, mas sim uma desresponsabilização relativamente a competências que se consubstanciam em políticas públicas que Sintra, e os sintrenses, exigem e merecem. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O **Deputado António Filipe Gaião Rodrigues**, da **CDU**, referiu: Nós revemo-nos na posição tomada por unanimidade, em Reunião de Câmara, e revemo-nos, também, na declaração feita nessa Reunião de Câmara pelo Vereador da CDU, Pedro Ventura. Consideramos que é uma posição sensata, e todos aqui são testemunhas do esforço que fizemos, desde há muito, para que esta Assembleia Municipal debatesse esta questão. Ainda no mês de setembro, e tendo em conta que a Lei de 2018 estabelecia esse mês para que as autarquias se pudessem pronunciar sobre a aceitação das novas Competências, numa altura em que ainda ninguém conhecia os Decretos de execução. Em todo o caso, nós pronunciámo-nos, e tudo fizemos no sentido desta Assembleia Municipal, logo nessa altura, tomasse uma posição muito clara sobre esta matéria. Na altura, foi considerado como intempestivo pelas demais forças políticas, mas nesta fase em que estamos revemo-nos na posição que a Câmara assumiu, e que aqui propõe à Assembleia Municipal, pelo que votá-la-emos favoravelmente, considerando redundante a apresentação de qualquer outro documento, relativamente a essa matéria.

--- A nossa posição é conhecida, mas queria aqui reafirmá-la. De facto, este processo começou mal, e é um processo que continua mal. Nasceu de um acordo interpartidário, não é que isso seja um mal em si, até porque os partidos têm toda a legitimidade para estabelecer acordos uns com os outros, mas a questão é que uma reforma desta natureza, para a importância que a Descentralização tem, é manifestamente curto que possa resultar de um acordo interpartidário, e seja levado à Assembleia da República para uma discussão e uma aprovação sumária, aliás, bastante contestada. Que Portugal é um Estado centralista, creio que há um consenso sobre isso, e é uma evidência que se impõe uma reforma do Estado, de sentido descentralizador. Mas também é, para nós, uma evidência que a Descentralização só o é verdadeiramente se for para melhor, isto é, e de acordo com o célebre Princípio da Subsidiariedade, se as competências forem atribuídas ao nível do Estado que esteja em melhores condições para as efetivar. E, do nosso ponto de vista, uma verdadeira Descentralização do nosso país passa incontornavelmente pela criação das Regiões Administrativas, previstas na nossa Constituição desde a sua versão originária, de 1976, porque, manifestamente, faz falta para que o Estado português não seja o Estado centralista que continua a ser, passando a haver um patamar intermédio, ao nível da Administração, entre o Governo e as Autarquias Locais, como existe entre os Municípios e as Freguesias.

--- Tendo em conta que o Estado tem a incumbência constitucional de assegurar Direitos que são universais, designadamente o direito à Saúde, à Educação, enfim, um conjunto de Direitos Fundamentais que o Estado, no seu todo, deve assegurar, mas que não existem manifestamente condições para que a universalidade desses Direitos seja garantida pelas autarquias a partir dos meios que tem, sejam eles materiais, financeiros, patrimoniais, a todos os níveis. Daí, a insensatez desta medida legislativa, pelo facto de incumbir as Autarquias Locais de desempenhar atribuições e competências que não estão manifestamente em condições de assegurar com eficácia. Isso não significa que o Estado as assegure com a eficácia desejável, mas a questão é que, ao não serem garantidos os meios adequados às Autarquias, bem como as necessárias condições para que essas funções possam ser melhor desempenhadas do que são hoje, pelo Estado, o resultado que obteríamos era passar o odioso e a impopularidade justa, para as Autarquias, pela não satisfação, ou satisfação muito insuficiente, dos Direitos fundamentais dos cidadãos, cujo incumprimento passaria a ser assacado na íntegra às Autarquias Locais, com todas as consequências daí decorrentes.

--- Aliás, no próprio Ato de Promulgação da Lei 50, de 2018, o senhor Presidente da República chamava à atenção para os riscos desta legislação, referindo cinco riscos que eu creio que estão muito bem



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinalados: o primeiro desses riscos é a sustentabilidade financeira concreta, e isso já foi aqui referido, tendo a própria Assembleia da República, no debate do Orçamento de Estado para 2019, rejeitado as disposições referentes ao Fundo Financeiro para a Descentralização (portanto, relativamente a esta matéria, a indefinição financeira é, hoje, uma evidência); um segundo risco, o da transferência de Competências poder ser lida como um mero alijar de responsabilidades do Estado (aquilo que eu referi há pouco também está presente na mensagem de promulgação); a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre as autarquias locais, porque, aqui, é manifesta a disparidade que existe ao nível das autarquias locais do nosso país, em termos de capacidade (e nós até poderíamos afirmar que a Câmara de Sintra, seguramente, estaria em condições de assegurar determinadas competências melhor do que, por exemplo, a Câmara do Barreiro, ou a Câmara de Arronches, dada a sua dimensão, mas isso levaria a uma desigualdade dos cidadãos no acesso a direitos que devem ser universalmente garantidos), sendo esta uma das razões que nos leva a discordar deste processo, dito de Descentralização; uma outra questão diz respeito à inexequibilidade do aprovado; e, finalmente, a 5ª razão é aquela que diz respeito ao afastamento excessivo do Estado em áreas específicas em que seja essencial o seu papel.-----

--- A posição que a Câmara aqui propõe é, do nosso ponto de vista, sensata. Não podemos aceitar que os Municípios sejam considerados como meros executores de decisões tomadas ao nível da Administração Central, tendo que colocar sobre os seus ombros os custos inerentes ao incumprimento a que seriam forçados. Daí, consideramos que este processo nos preocupa muito porque, de facto, seria muito importante que, em Portugal, se dessem passos no sentido da melhor Descentralização, ou seja, que isso significasse que as pessoas pudessem sentir que este processo se iria traduzir em melhores condições de vida, em melhor bem-estar social. O caminho que está a ser seguido está errado, mas nós esperamos que se possa corrigir, embora seja costume dizer-se que "o que nasce torto, tarde, ou nunca, se endireita". Vamos fazer melhores votos para que este processo se possa vir a endireitar, que possa haver um real processo de diálogo com as autarquias locais, que permita haver um conjunto de transferências que sejam feitas com ponderação, e que se traduzam, de facto, em melhores condições para as populações. Nós estamos em crer que tal será muito difícil sem a criação das Regiões Administrativas, e também sabemos das dificuldades que a revisão Constitucional de 1997 criou à sua efetivação (fica dependente de um Referendo inarredável, do ponto de vista Constitucional), sendo um obstáculo de monta. O que pensamos, no entanto, é que as Competências que sejam transferidas para as autarquias, o sejam, pelo menos, no quadro de um processo de diálogo, e que tenham em vista, de facto, não o alijar de responsabilidades, seja de quem for, mas que todos trabalhem para encontrar as melhores soluções em benefício das populações.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Estou muito de acordo com o que disse o senhor Deputado António Filipe. Apenas um pequeno esclarecimento sobre o motivo porque nós não apresentamos esta decisão mais cedo: porque não o podíamos fazer, nem o devíamos ter feito! -----

--- Eu entendo que todas as decisões que a Câmara toma sobre esta matéria, e sobre todas as matérias, mas sobretudo sobre estas matérias sensíveis, têm de ser sempre decisões muito prudentes e muito sustentadas. Por conseguinte, nós não nos podíamos antecipar dizendo que não queríamos, ou que recusávamos as transferências de 2019, sem sequer saber as matérias que estavam em cima da mesa, até porque os Decretos Setoriais ainda não tinham sido publicados. Se não sabíamos de todo em todo, como é que nós podíamos antecipar, a não ser por uma questão puramente política, nós que somos a favor da Descentralização, sem ter em cima da mesa os elementos mínimos que nos poderiam levar a apoiar ou a



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recusar este processo. -----

--- Dito isto, o que eu acho que o que é relevante, em relação ao que o António Filipe diz, tem a ver com a importância deste processo, e a preocupação inerente à execução deste processo. Se me é permitida uma opinião meramente pessoal, eu quero dizer-vos que também estou muito preocupado com este processo todo. Aliás, já estava quando presidi à Área Metropolitana de Lisboa, onde tive a oportunidade de a minha opinião sobre este assunto, e por várias vezes, nas reuniões havidas com o senhor Primeiro Ministro e com o senhor Ministro da Administração Interna. Em relação à Descentralização, e repito ser a minha opinião, ao querer descentralizar tudo ao mesmo tempo corre-se este risco, pelo que entendo ser melhor escolhermos, em primeiro lugar, dois ou três grandes tópicos de Descentralização. Estudá-los e fazê-los! E mais, creio que a Descentralização deveria ter começado a ser estudada pelas Áreas Metropolitanas e pelas Comissões Intermunicipais, por forma a, logo aí, ficarmos com uma decisão muito importante do que é que fica para as Câmaras, e em que medida é que as Câmaras podem exercer as Competências que lhes vão ser atribuídas. Depois, uma matéria muito importante, e esta é decisiva, que tem a ver com o próprio conceito de Descentralização. É, realmente, um erro grave para o próprio processo de Descentralização, e já foi aqui dito, considerá-lo como mera desconcentração, e alguma desconcentração medíocre, de Competências. --

--- Nós, na Câmara de Sintra, vamos ter esse debate e, em relação à matéria de desconcentração, nós já temos tarefas suficientes para executar decisões nossas. Agora, se nós vamos apenas, e só, executar decisões do Governo, nós não estamos preparados, nem é essa a nossa vocação constitucional. Quando se fala na Saúde, por exemplo, o que é descentralizar a Saúde? É só realizar as obras nos Centros de Saúde? É colocar as pessoas aqui ou ali? É só isso? Mas isso não é descentralizar! Isso é desconcentrar. E isso, nós já fazemos! Já fazemos obras nos Centros de Saúde, já pagamos a médicos, como acontece em São João das Lampas ou no Sabugo. Portanto, essas matérias têm de ser realmente discutidas e vistas desta forma. No ano de 2021, aí, o processo complica-se muito! A verdade é que há uma Lei, embora já tenha havido Leis semelhantes em outros casos, mas nunca com a importância e uma dimensão tão grande como a deste, que diz às autarquias que, quer queiram, quer não, elas são obrigadas a ter esses poderes. E se nós não pudermos exercê-los? E se nós, em consciência, não tivermos capacidade para o fazer? Qual é a resposta? E isso preocupa. Tem que nos preocupar! -----

--- Nós vamos percorrer um caminho, que não é um caminho fácil, mas o que vos posso garantir é que a Câmara seguirá por esse caminho em obediência aos valores que sempre teve, e em obediência a uma grande coerência na sua vontade descentralizadora. Não fazemos aparências descentralizadoras e não aceitaremos poderes que não possamos cumprir com total capacidade. Essa é uma questão fechada, e podem ter a certeza que assim será.-----

--- O Líder do PS, Deputado António Luís Lopes, referiu: Estamos a abordar, neste ponto, a Proposta que a Câmara Municipal nos fez, e é assim que a Bancada do Partido Socialista se irá pronunciar relativamente à não aceitação de um conjunto de propostas de Descentralização, que decorrem da Lei 50, de 2018, Lei quadro de Descentralização de Competências. Este processo de Descentralização inicia-se em 2019, e prevê-se que venha a estar concluído em 2021. A sua aplicação, como também já foi aqui dito, decorre, ou depende da aprovação de um conjunto de diplomas setoriais referentes a um conjunto de áreas a transferir, e também, de alterações à Lei das Finanças Locais. Devemos acrescentar que algumas destas Competências já são desempenhadas pelas autarquias, ao abrigo de Contrato Interadministrativo, assim como de alguns Acordos de Execução, que caducarão, segundo a Lei, no momento em que os Municípios, as Freguesias ou as Entidades Intermunicipais, assumirem as Competências previstas. Acontece que, na



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia da República, houve uma maioria de votos que recusou a inscrição no Orçamento de Estado de um mecanismo que viabilizaria a transferência direta para as autarquias das verbas do orçamento previstas para cumprir com estas Competências, nomeadamente nos campos da Saúde e da Educação, e é bom referi-lo. Por outro lado, o entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios prevê que cada Município tenha 60 dias, após a promulgação de cada projeto-Lei, para deliberar sobre a aceitação, ou não, dessa proposta. -----

--- Assim, considerando quer a ponderação das implicações aos diversos níveis, que já aqui foram expostos (e que o senhor Presidente da Câmara já teve oportunidade de pormenorizar, quer ao nível dos meios, quer dos recursos, e do planeamento da Câmara), quer a natureza voluntária para o ano em curso (a possibilidade, aberta pelo Governo, de o Município poder pronunciar-se e recusar essas Competências), a Câmara Municipal decidiu propor-nos uma Deliberação de não aceitação de transferências destas Competências, e a constituição de um grupo de trabalho para apurar o seu alcance financeiro, material e procedimental.-----

--- É esse o foco da nossa discussão. Não estamos a discutir, embora o pudéssemos tê-lo feito, ou eventualmente, vir a fazê-lo no futuro, as questões que decorrem da Descentralização. Este não é um debate sobre a Descentralização, sobre as suas virtudes ou defeitos, pelo menos, na Bancada do Partido Socialista não o entendemos como tal, antes, um debate em torno da Proposta que a Câmara nos fez, e ao entendimento que nós deveremos fazer, ou não, sobre a mesma. E nesse âmbito, sendo o Partido Socialista, e o seu Grupo Político, apoiante da Descentralização, e das vantagens que esta possa vir a trazer, obviamente que estamos conscientes de que essa Descentralização deve, de entre o que for possível, ser feita com condições que, infelizmente, e neste momento, ainda não estão totalmente consagradas. Aliás, vimos bem, aqui, a partir de algumas intervenções, a dificuldade que é realizar qualquer processo de Descentralização, isto, ao ouvirmos falar até das Regiões, ou ao ouvirmos dizer ao PSD que apoiou esta Proposta, mas já percebemos que só a apoiou nas partes boas porque, ao que parece, depois, o PS é que deveria fazer todo o trabalho para que as coisas corressem bem. Uma coisa é certa, nós, PS, ao longo do tempo, ainda vamos assumindo, mesmo admitindo os nossos erros e os nossos defeitos (que queremos, e certamente, conseguiremos corrigir), ainda vamos, dizia eu, assumindo essa bandeira da Descentralização e da Regionalização. Não fomos nós quem fundiu Freguesias, nem fomos nós quem retirou da proximidade das pessoas uma coisa tão básica como a sua Junta de Freguesia, nomeadamente aqui, em Sintra, nem impusemos a ninguém. Neste momento, até damos a possibilidade de os Municípios poderem recusar, para já, esta transferência de Competências. -----

--- Portanto, e tentando sintetizar, o Partido Socialista é a favor da Descentralização, hoje, como ontem, e amanhã. Dizia Churchill que "às vezes não é suficiente fazer o nosso melhor, por vezes temos de fazer o que é necessário", e eu penso que estamos numa situação dessas, isto é, por muito boas que sejam as intenções, e nós queremos acreditar que sim, sendo esse o objetivo, torna-se necessário apurar, aqui, alguns dos pontos, é necessário melhorá-los, é necessário ir ao encontro das necessidades e dos anseios de cada Município.-----

--- O voto do Grupo Político do PS será, obviamente, favorável à Proposta que o executivo aqui nos trouxe, estando certos que esta é a posição que melhor salvaguarda os interesses do Município. Assim, terão de ser, a Assembleia da República e o Governo, a encontrarem as soluções para que esta Descentralização se faça com rigor, com equilíbrio e com a transparência que um processo desta natureza merece. E nós estamos certos que o Partido Socialista, como já o demonstrou em outras circunstâncias, sabe ouvir os portugueses, sabe ouvir os Municípios, e saberá encontrar formas de melhorar e de continuar a aprofundar



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um processo, que para nós é essencial, de Descentralização de Competências.

--- A **Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Só venho fazer dois esclarecimentos, um deles, ao senhor Deputado António Filipe, relativamente ao intempestivo das outras Bancadas que não quiseram discutir o assunto, mas está provado que, à data, a informação que tínhamos era escassa, e aquela que temos agora não nos agrada. Portanto, a intenção é boa, o método é que não. Relativamente àquilo que foi dito pelo senhor Deputado que me antecedeu, do Partido Socialista, quero dizer que a fusão das Freguesias foi uma consequência do estado em que o anterior Governo deixou o nosso país, caso não se lembre disso.

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de primeira revisão do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil. (Proposta nº 960-P/2018)**

--- A **Deputada Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo, do PS**, referiu: Enquanto Coordenadora da Comissão que emitiu Parecer favorável à revisão do documento que é, agora, sujeito à discussão e à aprovação nesta Assembleia, dizer apenas que toda a Comissão foi unanime no reconhecimento da bondade, da justiça e da necessidade da revisão de um documento tão importante, na sua devida estruturação. Foi unanime, de facto, o reconhecimento pelo bom trabalho que a Câmara está a desenvolver no âmbito da Proteção Civil. Ficou também demonstrado, por parte dos senhores Deputados Municipais que são, também, Presidentes de Junta, a total disponibilidade das suas Juntas de Freguesia para participarem, com todos os seus meios humanos e materiais, no cumprimento deste ensejo, que é o de garantir que a Proteção Civil, em Sintra, esteja no seu melhor ritmo e desempenho.

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

--- Foram submetidos a apreciação os Ponto 5, 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Vou falar apenas sobre o ponto 5. Enquanto fui Presidente de Junta, eu nunca concordei muito com os critérios que são atribuídos às Freguesias, isto, porque as Freguesias urbanas recebem muito mais do que as que têm menos população, mas estas com muito mais área, ficando com muito menos dinheiro, em comparação. Vou entregar ao senhor Presidente um estudo que eu fiz, em 2007, juntamente com o meu amigo Carlos Parreiras, à altura, também ele Presidente de Junta, que entregámos ao então Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Seara, o qual, na altura, "chutou isto para canto". Este trabalho, no qual fizemos vários esquemas de atribuição, vou entregá-lo ao senhor Presidente, na expectativa que o queira aproveitar, para que as Freguesias com mais área, mas menos população, consigam ter mais algumas verbas.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que esta matéria de apoio às Juntas de Freguesia vai ter que ser estudada, por forma a que nós possamos ter um apoio cada vez mais consistente às Juntas de Freguesia. E isto, por dois motivos: primeiro, porque a Descentralização também é isto, e em segundo lugar, referindo-me exclusivamente ao nosso Concelho, porque as nossas Juntas de Freguesia estão a fazer um excecional trabalho. E estou a afirmar isto sem querer fazer falsos elogios. Um excecional trabalho! O que está a acontecer na recuperação dos monos, a partir do momento em que pedimos às Freguesias que assumissem essa responsabilidade e fizessem essa recolha, o trabalho é exemplar. E nós, quando temos exemplaridade por parte das nossas Juntas, temos de responder com exemplaridade da nossa posição. Portanto, as Juntas de Freguesia saberão que esta Câmara está aqui inteiramente disponível e aberta para melhorar todos os apoios, por forma a que todos estes apoios sejam tão bem utilizados como aqueles que vocês estão, neste momento, a utilizar.-----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro às freguesias para o período de 2019 a 2021, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 2-P/2019).**-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 33 (PS; 1 PSD; 1 CDS/PP; BE; PAN)-----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 10 (5 PSD; 4 CDS-PP; MPT)-----

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria**.-----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o apoio financeiro à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão no âmbito de despesas de funcionamento da Universidade Sénior, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 987-EQN/2018).**-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por unanimidade.-----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o apoio financeiro à União de Freguesias de Sintra no âmbito dos encargos relativos à realização e logística da Feira de Adoção Animal, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 988-EQN/2018).**-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por unanimidade.-----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o apoio financeiro à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito da aquisição de tapete de treino da Escola de Luta Olímpica de Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta. (Proposta nº 989-EQN/2018).**-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por unanimidade.-----

--- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 2**).-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 21h30m.-----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DOC. N.º 1

15.01.2019

1. *Expediente e Informações*

1. Câmara Municipal de Sintra - Ata nº 24/2018 – reunião ordinária realizada em 04.12.2018.
- Ata nº 25/2018 – reunião ordinária realizada em 18.12.2018.
2. Assembleia Municipal de Sesimbra – Editais nºs 112/18 e 116/18 – sessões ordinárias realizadas nos dias 14 e 19 de dezembro de 2018.
3. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Projeto de Resolução nº 1927/XIII/4ª - Alargamento no âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta.
4. Câmara Municipal de Sintra – Despacho nº 2 –P/2019.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

DOC. N.º 2

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
(Textos aprovados em minuta)

--- No dia quinze do mês de janeiro de dois mil e dezanove, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 1ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

- **Ata n.º 06/18 referente à 3ª sessão ordinária realizada em 26 de junho de 2018;**-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE.-----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos:-----

--- (Proposta nº1008-P/2018) - **“Apreciar e votar a proposta tendente à prolação de uma deliberação de não aceitação das competências previstas nos diversos normativos concretizadores do quadro legal consagrado na Lei n.º 50/2018, assim como de não intenção do exercício dessas competências no ano de 2019, nos termos da respetiva proposta”.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 0-----

--- Abstenções: 0-----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

0

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 960-P/2018) - "Apreciar e votar o projeto de primeira revisão do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 2-P/2019) - "Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro às freguesias para o período de 2019 a 2021, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 33 (PS-CDU-BE-PAN-1 deputado CDS-1 deputado do PSD)

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 10 (PSD-CDS-ILPT)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 987-EQN/2018) - "Apreciar e votar o apoio financeiro à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão no âmbito de despesas de funcionamento da Universidade Sénior nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 988-EQN /2018) - "Apreciar e votar o apoio financeiro à União de Freguesias de Sintra no âmbito dos encargos relativos à realização e logística da Feira de Adoção Animal, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 989-EQN /2018) - "Apreciar e votar o apoio financeiro à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito da aquisição de tapete de treino da Escola de Luta Olímpica de Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Sintra, 15 de janeiro de 2019.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL